



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2012.0000280176

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0004718-62.2007.8.26.0562, da Comarca de Santos, em que é apelante RENIVALDO NASCIMENTO SANTOS (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) sendo apelado MARIA SOCORRO DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Rejeitada a preliminar, deram provimento, nos termos que constarão do acórdão. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ARTUR MARQUES (Presidente sem voto), MELO BUENO E MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO.

São Paulo, 18 de junho de 2012.

Clóvis Castelo
RELATOR
Assinatura Eletrônica

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0004718-62.2007.8.26.0562

COMARCA: SANTOS – 9ª VARA CÍVEL

APELANTE: RENIVALDO NASCIMENTO SANTOS

APELADO: MARIA SOCORRO DA SILVA

Ementa:

ACIDENTE DE TRÂNSITO – RESPONSABILIDADE CIVIL – DANO MORAL – CULPA NÃO CONFIGURADA – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – RECURSO PROVIDO. No caso de responsabilidade civil subjetiva, necessário se provar dano, nexo causal e culpa. Não logrando a autora provar a culpa do réu, seu ônus nos termos do artigo 333, I, CPC, indevida a indenização pleiteada.

VOTO Nº 21236

Relatório.

Trata-se de apelação contra sentença (fls. 86/91), acrescida de embargos de declaração (fls. 102/103) que julgou procedente ação de indenização por danos morais ajuizada por companheira de vítima de acidente de trânsito condenando motorista que lhe atropelou ao pagamento de 50 salários mínimos. Apela o réu (fls. 96/99) alegando, preliminarmente, a ilegitimidade da autora, que não logrou provar que era companheira do falecido, vítima do acidente. Diz que não foi feita prova substancial do acidente, devendo-se assim acolher a tese do réu. Contrarrazões às fls. 109.

Fundamentos.

De acordo com Boletim de Ocorrência (fls. 11/14) que em 05/04/06, por volta das 6h45, companheiro da autora, ao conduzir sua bicicleta pela Rua Francisco Manoel, Santos, foi abalroado pelo veículo do réu, causando sua internação por quase 1 mês até seu óbito, em 02/05/06 por

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0004718-62.2007.8.26.0562

“choque séptico, tromboembolismo, pneumopatia bilateral, traumatismo crânio encefálico” (fls. 20).

Condenado o réu a indenizar a companheira da vítima em danos morais, apela o réu alegando, preliminarmente, ilegitimidade da parte e, de forma genérica, que o autor não fez prova substancial do acidente, devendo-se assim colher a versão do réu.

Rejeita-se a preliminar.

A união estável entre a autora e a vítima foi devidamente comprovada por meio das fotografias de fls. 48/51 e por meio de prova testemunhal de fls. 72/75 e 76/81. A primeira testemunha, Fabiana Alves Machado, afirma que conhecia o senhor Joel, vítima do acidente, “esposo” da autora, com quem morou por uns sete anos, na casa vizinha à sua. A segunda testemunha, Roberto Leal Dias Queiroz, também vizinho, reafirma que o senhor Joel era marido da autora.

Afastada a preliminar, passa-se ao exame do mérito.

No mérito, tem razão o apelante.

Nos termos do artigo 333, I do Código de Processo Civil, cabe ao autor fazer prova do fato constitutivo de seu direito. Neste caso de responsabilidade civil subjetiva necessário se faz provar o dano, o nexo causal e a culpa para que surja o dever de indenizar.

Houve prova do dano – o óbito – e do nexo causal – causado por sequelas de acidente de trânsito. No entanto, não houve efetiva

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0004718-62.2007.8.26.0562

prova da culpa.

Mero fato de o veículo não estar licenciado não faz com que o réu seja presumido culpado por acidente. A falta de licenciamento se refere à infração administrativa ligada ao veículo, independente de falta de habilitação do réu, que aí sim, faria com que fosse presumida a imperícia do réu na condução do veículo. Neste mesmo sentido, já decidiu este Tribunal: *“De mais a mais, o fato do documento de licenciamento estar vencido e não possuir habilitação o réu na hora do evento não implicam em sua culpa a justificar a pretensão inicial.”* (Apelação nº 0251807-66.2009.8.26.0000, 28ª Câmara da Seção de Direito Privado, Rel. Des. Júlio Vidal, j. 09/03/12).

De acordo com os autos, não há efetiva prova da culpa do réu. A autora traz apenas o Boletim de Ocorrência (fls. 11/14) na qual consta que o autor tentou cruzar semáforo vermelho, e assim foi atropelado. Prova testemunhal trazida pela autora (fls. 72/81) em nada esclareceu a dinâmica do acidente. Assim, não provado fato constitutivo do acidente – não se pode presumir a culpa do réu, obrigando-o a indenizar a autora.

Destarte, dá-se provimento ao apelo, invertendo-se a honorária estipulada em sentença.

Dispositivo.

Ante o exposto, **rejeita-se a preliminar e dá-se provimento** ao apelo.

DES. CLÓVIS CASTELO

Relator

Assinatura Eletrônica